

# **A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE SOJA NO MUNICÍPIO DE BREJO (MA) E SEUS REFLEXOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA CAMPONESA<sup>1</sup>**

## **THE DYNAMICS OF SOYBEAN PRODUCTION IN THE MUNICIPALITY OF BREJO (MA) AND ITS REFLECTIONS ON CAMPONESA AGRICULTURAL PRODUCTION**

**Juscinaldo Goes Almeida<sup>2</sup>**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço - Universidade Estadual do Maranhão.  
juscinaldogoes@hotmail.com

**Jose Sampaio de Mattos Junior<sup>3</sup>**

Doutor em Geografia - Universidade Estadual do Maranhão.  
sampaio.uema@gmail.com

### **Resumo**

Neste artigo, analisa-se a dinâmica da produção de soja e seus reflexos na produção agrícola camponesa no município de Brejo-MA. Para tanto, apresenta-se um breve panorama das transformações ocorridas no campo Maranhense. Posteriormente discute-se o estabelecimento da produção sojícola no município de Brejo. Com base nas informações sobre a produção agrícola municipal do IBGE, esta pesquisa revela uma relação inversamente proporcional entre crescimento da produção de soja e diminuição das áreas destinadas ao cultivo de produtos como arroz e mandioca, base alimentar da agricultura camponesa do município de Brejo-MA.

**Palavras-chave:** Campo. Produção de Soja. Agricultura Camponesa.

### **Abstract**

This articles analyses the dynamic of the soya production and its impacts in the agricultural production of the Brejo city in the State of Maranhão. Therefore, this study presents a brief overview of the transformations occurred in the agricultural field of the Maranhão State. Subsequently it discuss the introduction of the soya production in the Brejo city. With basis on the informations about municipal agricultural production of the Brazilian Geographical and Statistical Institute (IBGE), this research reveals a inversely proportional relationship between soya production increasing and decreasing of the cultivation areas as rice and manioc, food retail of the Brejo's peasant agriculture.

**Key words:** Field. Soya Production. Peasant Agriculture.

## Introdução

A partir da década de 1970, dentre as principais transformações pela qual passou o meio rural brasileiro, uma diz respeito ao chamado processo de *modernização da agricultura* (SILVA, 1982; DELGADO, 2010) posteriormente designado também de *agronegócio*<sup>4</sup>, entendido como “algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor” (HEREDIA; PALMEIRA, LEITE, 2010, p. 161). Tendo como objetivo o incremento intenso de máquinas e implementos agrícolas com vistas ao aumento da produtividade no campo sem, contudo, alterar a estrutura agrária antiga (SILVA, 1982).

Dentre as atividades agrícolas que ganharam notoriedade no território nacional com a aplicação de capital no campo a partir dos anos 1970, destaque para a produção em larga escala de grãos, a exemplo da soja, por meio da incorporação das áreas de cerrado ao processo produtivo (BERNARDES, 2008).

A terra barata nos anos 1970 facilitou os investimentos, os incentivos concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), as linhas especiais de crédito criadas pelo governo para estimular a ocupação de grandes *espaços vazios*<sup>5</sup> nas áreas de fronteira agrícola atraíram os investidores. Além das condições naturais que o cerrado apresentava para o cultivo de *commodities* a exemplo da soja, como a temperatura, a distribuição das chuvas, da luminosidade e da topografia, apresentando imensas áreas planas e contínuas que favoreciam economias de escala (BERNARDES, 2005).

Destarte, forjou-se o discurso de uma suposta “vocação natural” do cerrado para ser o celeiro do Brasil, sustentado pelo discurso de menor biodiversidade<sup>6</sup> em rela o   floresta amazônica e ainda pela ideologia desenvolvimentista de progresso, que vinha agregada   lavoura de grãos (SILVA, 2010).

Desse modo, por meio dos avanços tecnológicos delineados pela chamada ‘moderniza o da agricultura’, os sistemas de pesquisa e extensão agrícolas brasileiros demonstram as possibilidades da larga produ o agrícola em área de cerrado, criando-se novas tecnologias apropriadas para a região, como a ‘corre o’ da acidez do solo (via uso de produtos químicos), a implanta o de monoculturas, a motomecaniza o e o uso de agrotóxicos (PIRES, 2000).

Assim, concorda-se com Pires (2000) que parte do entendimento que o emprego do termo *correção* é ilustrativo da visão de que é possível alterar o cerrado, uma vez que a natureza o fez *feio, fraco e raquítico* para convertê-lo no moderno celeiro *agrícola*, como almejavam e almejam instituições de pesquisa agrícola e as sociedades representativas dos grandes agricultores. Nesse termo subjaz uma fé incondicional na ‘racionalidade’ técnica e nos seus processos sociais e políticos embutidos (PIRES, 2000).

De acordo com Castillo (2005), algumas características dessas novas regiões facilitaram a modernização da cultura da soja e seu enquadramento nos parâmetros internacionais, dentre eles o autor destaca: tamanho médio das unidades produtivas, maior que no Rio Grande do Sul e Paraná; topografia com relevo plano propícia à mecanização; incentivos para a adoção de insumos e práticas de manejo do solo moderno; apoio tecnológico, com desenvolvimento de variedades de soja perfeitamente adaptadas a latitudes mais baixas; menor presença de cooperativas.

Ainda conforme o autor, a junção de características naturais e geoeconômicas, combinada a preços favoráveis no mercado internacional, fez dessas áreas verdadeiros enclaves de modernização, mudando radicalmente a paisagem agrícola do cerrado, provocando danos sociais e ambientais praticamente irreversíveis.

Nesse contexto, destaca-se a criação pelo Estado, em 1972, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). Conforme Frederico (2008) a EMBRAPA passou a estabelecer círculos de cooperação com empresas mundiais no intuito de desenvolver novas cultivares adaptadas às características fisiográficas brasileiras.

No caso específico do cultivo de grãos, os objetivos principais eram expandir o aumento da produtividade e ampliação da área de produção para as regiões de cerrado. No intuito de atender a essa nova demanda foi criada a Embrapa Cerrado e a Embrapa Soja, com o objetivo de estudar as características naturais da região e desenvolver cultivares adaptadas às baixas latitudes viabilizando a expansão da sojicultura para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (FREDERICO, 2008).

Pires (2000) menciona que o sistema EMBRAPA foi acompanhado de similares nos estados, a exemplo da Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia, com

as quais manteve fortes laços de intercâmbio e cooperação. Os estados contavam ainda com as empresas de extensão rural, vinculados ao sistema Embrater, já extinto (PIRES, 2000).

Somam-se a isso o crédito agrícola, através de programas governamentais que tiveram impacto direto sobre os cerrados (GIORDANO, 1999), dentre os quais se destacam: o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), criado em 1972, o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), iniciado em 1975, que beneficiou áreas dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Minas Gerais, e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Conforme Pires (2000), o PRODECER é resultado das negociações entre os governos brasileiro e japonês, interessados na ampliação da oferta de produtos agrícolas brasileiros, especialmente grãos. Este programa foi realizado por etapas, sendo que a primeira fase, o PRODECER I, iniciou-se concretamente em 1980 (GIORDANO, 1999; PIRES, 2000; PESSÔA, INOCÊNCIO, 2014), por meio de projetos de colonização e empresa de capital misto nos municípios de Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu, no estado de Minas Gerais.

O PRODECER II é subdividido em duas etapas, a piloto e a expansão, tendo como área de implantação os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia (dois projetos na região de Barreiras) a partir de 1985 (PIRES, 2000). Já o PRODECER III foi direcionado para os estados do Maranhão (região de Balsas) e Tocantins (região de Pedro Afonso) (SOUZA FILHO, 1995; GIORDANO, 1999; PIRES, 2000).

A partir do ano de 1995, o PRODECER III incorporou uma área de 80 mil hectares no sul do Maranhão, com exploração de 40 mil hectares por 42 colonos, sendo investidos US\$ 138 milhões de recursos dos governos brasileiro (BNDES/Banco do Nordeste) e japonês (Japan International Corporation Agency – JICA) (GIORDANO, 1999; PIRES, 2000).

No que se refere aos danos sociais diversos, um de grande relevância refere-se à diminuição das áreas destinadas a produção de alimentos pela agricultura camponesa<sup>7</sup>. Levando-se em conta que a produção de grãos para ser realizada necessita de grandes áreas, tal situação refletirá negativamente no cultivo de produtos voltados para o abastecimento local nestas novas áreas de fronteira agrícola, a exemplo do cerrado

maranhense, com destaque para o município de Brejo, principal produtor de grãos do leste do estado.

Neste contexto, tendo por referência os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, objetiva-se no presente artigo analisar de que maneira a expansão da produção de soja no município de Brejo refletiu negativamente na diminuição das áreas de cultivo de produtos da agricultura camponesa, principalmente daqueles que fazem parte da dieta alimentar de famílias que residem na zona rural e também urbana, a exemplo do arroz e da mandioca.

Para tanto, faz-se uma discussão acerca da expansão do cultivo da soja no cerrado maranhense tendo por referência a literatura já produzida acerca da temática e evidenciando o estabelecimento da produção de grãos no Leste Maranhense com ênfase na Microrregião de Chapadinha dando especial atenção ao município de Brejo por meio da análise dos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE (de 1990 a 2015).

### **Sobreposições: o avanço da produção sojícola no leste maranhense**

No caso específico do Maranhão, conforme documentos publicados pela Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), a partir dos anos 1970, o governo estadual já realizava esforços no sentido de inserir o cultivo da soja no território maranhense.

Os primeiros estudos experimentais com a soja no território maranhense foram realizados pelo da Secretaria de Agricultura no ano de 1971, por meio de convênio entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA) (MARANHÃO, 1983).

A EMAPA foi criada em 1976, e a partir do ano de 1978, iniciou um programa de pesquisa com soja coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa de Soja (CNPSo), tendo por objetivo verificar a nível de campo, a adaptabilidade da cultura em algumas regiões do estado do Maranhão. As áreas selecionadas, três no total, foram: Bacabal (Cocais), Balsas (Planalto) e Brejo (Cerrados). Os estudos tiveram como prioridade a seleção de genótipos resistentes a doenças, pragas comuns e com boas características fenotípicas. Outros trabalhos referentes às práticas culturais também foram realizados, a exemplo da determinação de épocas de semeadura, correção do solo com calcário e fósforo, adubação com macro e micro elementos, entomologia e microbiologia (MARANHÃO, 1983).

Dentre as justificativas apresentadas para a expansão da produção de soja no Maranhão, destaque para o baixo desempenho da economia do estado que se assentava, fundamentalmente, no setor agropecuário voltado para a rizicultura e extrativismo do babaçu. Este último, a época, apresentava taxas decrescentes na sua oferta devido à excessiva devastação das palmeiras, comprometendo sobremaneira o parque industrial de oleaginosa e em consequência as atividades econômicas do estado. No que tange a atividade rizícola, a ausência de chuvas nos últimos quatro anos na região Nordeste e sua extensão rumo a Pré-Amazônia Maranhense a começar pelo Sul do Estado, tem provocado enormes prejuízos a produtores desta região habituados a monocultura do arroz (MARANHÃO, 1983).

No que se refere ao estabelecimento dos primeiros agricultores no sul do Maranhão, em especial no município de Balsas para desenvolvimento da cultura da soja, a literatura especializada indica que os primeiros produtores chegaram à região na década de 1970, por intermédio de uma empresa particular de colonização de Goiás para o desenvolvimento, inicialmente, do plantio de arroz (DINIZ, 1984; SOUZA FILHO, 1995; ALVES, 2006; PAULA ANDRADE, 2008; CARNEIRO, 2008; FERREIRA, 2008a; OLIVEIRA, 2011; MOTA, 2011).

De acordo com Paula Andrade (2008), os primeiros produtores agrícolas do sul do país a se instalarem na região de Balsas chegam ao Maranhão por meio de uma:

(...) empresa particular de colonização, referida na maioria dos depoimentos como sendo de Goiás. Tal empresa teria vendido terras em Mato Grosso a cerca de vinte produtores do município de Não Me Toques, no Rio Grande do Sul. A situação legal destas terras, porém, era irregular e, por isso, já que os compradores haviam antecipado certa quantia, a empresa lhes oferecera terras no Maranhão (PAULA ANDRADE, 2008, p. 159).

Ao chegarem ao sul do estado, os denominados *gaúchos*<sup>8</sup> vão se instalar em áreas onde um campesinato encontra-se enraizado há mais de dois séculos, ou seja, não se defrontam com áreas *livres*, e sim com terras efetivamente ocupadas há aproximadamente dois séculos (PAULA ANDRADE, 2008).

Alves (2006) menciona que os primeiros agentes modernizadores chegaram ao sul do Maranhão na década de 1970, através de recursos disponibilizados pela SUDENE por meio de programas de desenvolvimento regional. Continua o autor destacando que os sinais da modernização contemporânea são mais visíveis a partir dos anos 1980, momento

em que surgem as primeiras cifras de produção de soja no estado, com destaque para a região sul.

No entanto, é a partir dos anos 1990 que a região de Balsas se instrumentaliza para a produção de soja em grande escala, através da intensificação da pesquisa científica, viabilizada pelo convênio de cooperação técnica e financeira (FERREIRA, 2008a; FERREIRA, 2009).

A partir de 1991, a pesquisa com a cultura da soja foi intensificada pela parceria com CVRD, através da Superintendência da Estrada de Ferro Carajás. Além do convênio de cooperação técnica-financeira para custeio de pesquisa, ocorreram estudos conjuntos para criação do Programa Corredor de Exportação Norte embasados nos resultados EMBRAPA, da infraestrutura da CVRD na região, da presença de recursos humanos e de condições favoráveis à produção de grãos em larga escala (PALUDZYSZYN FILHO, 1995).

No ano de 1993 foi criada no município de Balsas, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays” (FAPCEN), tendo por objetivo representar os empresários, nas áreas de pesquisa e extensão privada, dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Esta empresa conta também com parceria da EMBRAPA SOJA, sendo fundamental no desenvolvimento de novas tecnologias e cultivares de soja adaptados às condições fisiográficas da região (FERREIRA, 2008b; OLIVEIRA, 2011).

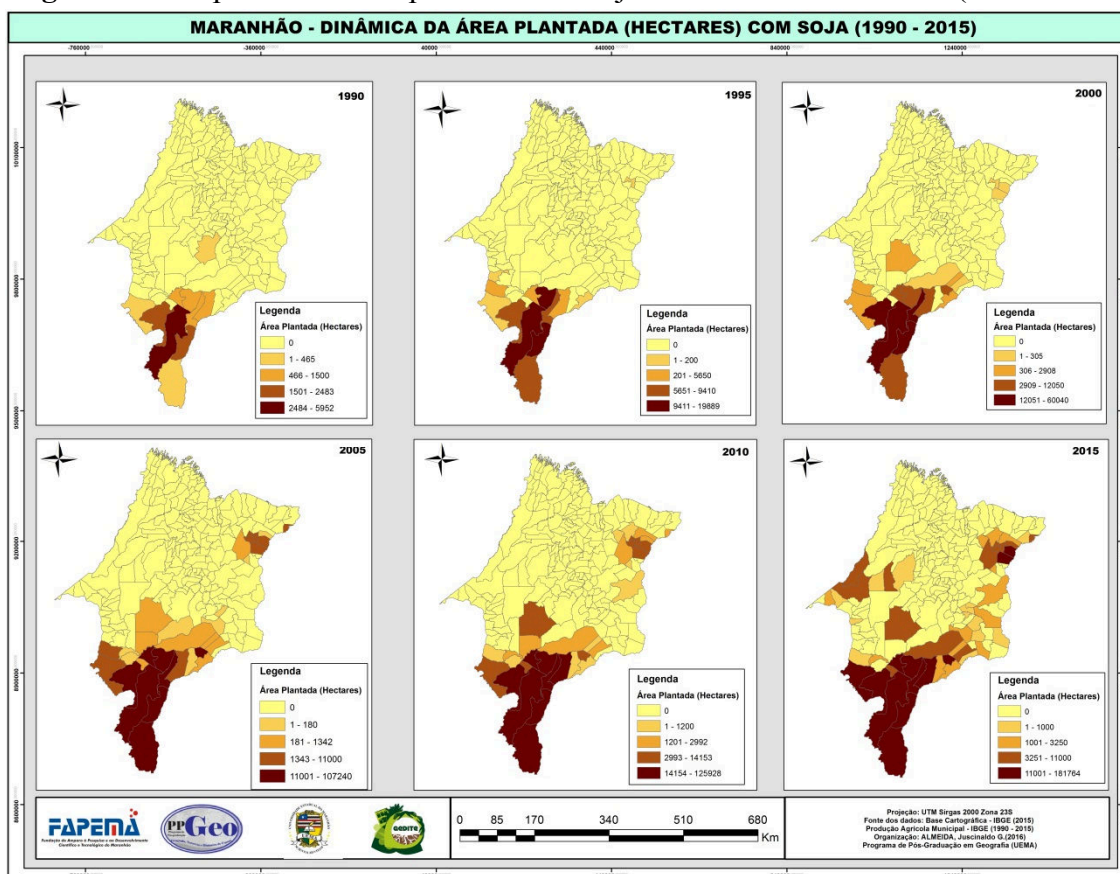
O projeto Rodovias Brasil II foi outro programa direcionado para o sul maranhense no sentido de viabilizar a produção de soja na região. Segundo Souza Filho (1995), este programa, aprovado pelo Banco Mundial, foi responsável pelo melhoramento e pavimentação da estrada que liga os municípios de Balsas a Alto Parnaíba, com um orçamento de 79 milhões de dólares sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão (DERMA).

Assim, as situações acima descritas evidenciam que não se pode falar do processo de implantação da soja no território maranhense sem pensar no Estado e suas políticas públicas, que não somente viabilizaram sua origem como também sua expansão. Seja através da construção de infraestruturas (portos, rodovias, ferrovias), ou por meio de subsídios financeiros e pesquisa.

As ações do Estado em parceria com o setor privado foram responsáveis pela consolidação da produção de soja no município de Balsas e, posteriormente, sua expansão

para outras regiões do estado (Figura 01), a exemplo do Leste Maranhense, onde o município de Brejo, lócus empírico deste artigo, apresenta-se como principal produtor, tanto em área plantada (hectares) como em quantidade produzida (toneladas) deste grão.

**Figura 01** – Expansão da área plantada com soja no estado do Maranhão (1990 - 2015)



**Fonte:** Organizado pelos autores a partir de dados da PAM/ IBGE (1990 - 2015).

Como observado na Figura 01, a Mesorregião Sul Maranhense considerada a região tradicional de cultivo de soja no estado, com destaque para o município de Balsas como já aqui referido, tem a consolidação da sua produção nos anos 1990, apresentando crescimento bastante expressivo nos anos seguintes.

Nas demais mesorregiões, a exemplo do centro e leste maranhense, os primeiros registros da produção de grãos remetem aos anos 2000. No entanto, é no ano de 2015 que se observa o maior crescimento em todas as mesorregiões, com exceção a norte do estado onde não há até o momento, nenhum registro de produção de soja. As Mesorregiões Leste e Oeste foram as que tiveram o maior crescimento período, especialmente esta última, que nos anos anteriores não aparecia nas estatísticas da Produção Agrícola Municipal do



IBGE no que diz respeito à produção sojícola, sendo tradicionalmente conhecida como a região da pecuária no estado (MESQUITA, 2011).

### **Os caminhos da soja no leste maranhense**

A Mesorregião Leste Maranhense, segundo classificação do IBGE, é constituída por seis microrregiões geográficas, 44 municípios abrangendo uma área territorial de 70.606,230 km<sup>2</sup>, possuindo uma população total de 1.336.005 habitantes (IBGE, 2010).

Constitui-se numa grande área que se localiza próxima à divisa com o Piauí, limitada com este estado pelo Rio Parnaíba. Apresenta zonas geomorfológicas de contato entre os biomas cerrado e caatinga. A área de predomínio do cerrado abrange desde os municípios de Barreirinhas, Chapadinha, Urbano Santos, Vargem Grande, até a região sul, nos municípios de Balsas, Riachão e Carolina, ocupando relevo aplainado e chapadas (MUNIZ, 2002).

Na análise do processo de implantação da soja no leste maranhense é de fundamental importância levar-se em consideração que a sojicultura não foi a primeira atividade ligada ao ramo do agronegócio a ser estabelecida na região.

Nos anos 1980, os grupos empresariais João Santos, MARGUSA (juntamente com seu braço florestal MARFLORA) e Comercial e Agrícola Paineiras do Grupo Suzano Papel e Celulose ocuparam terras de municípios localizados nas atuais microrregiões de Chapadinha, Coelho Neto e Baixo Parnaíba Maranhense. A ocupação dessa área passou a ser caracterizada como área de influência de projetos vinculados ao Programa Grande Carajás que se expandiu pelo estado naquele momento (PAULA ANDRADE, 1995a).

A Comercial e Agrícola Paineiras Ltda., empresa controlada pelo Grupo Suzano Papel e Celulose, chegou ao Maranhão no início da década de 1980, instalando-se na sede do município de Urbano Santos. Seu principal objetivo era implantar uma base florestal de eucalipto, designado de Projeto Maranhão, voltado à produção de celulose. Nesse contexto, em 1981, fez sua primeira aquisição de terras, comprando a Fazenda Santo Amaro, localizada no município de Urbano Santos, onde foram feitos os primeiros plantios de eucalipto no ano seguinte (TRABULSI, 2007).

Segundo Paula Andrade (1995; 2012), a MARGUSA foi fundada em 1985 por empresários maranhenses e passou a integrar o Programa Grande Carajás a partir de 1986. Em 1991 foi vendida para o grupo japonês Yanmar do Brasil S/A, permanecendo em

operação até 1995, transformando madeira nativa em carvão. De 1996 a 1997 a empresa ficou desativada até ser adquirida pela Calsete Siderurgia Ltda., de Minas Gerais. No ano de 2003 passou a ser propriedade do Grupo Gerdau, cuja fábrica de maior capacidade produzida se localiza em Contagem, estado de Minas Gerais (PAULA ANDRADE, 1995a; 2012).

O grupo João Santos é formado por um conglomerado de empresas voltado à produção de celulose, cimento e cana-de-açúcar que instalou uma série de empreendimentos, entre eles usinas de açúcar e algodão no Leste Maranhense. Implantou-se primeiramente no município de Codó onde passou a fabricar cimento a partir do calcário (TRABULSI, 2007; PAULA ANDRADE, 1995b).

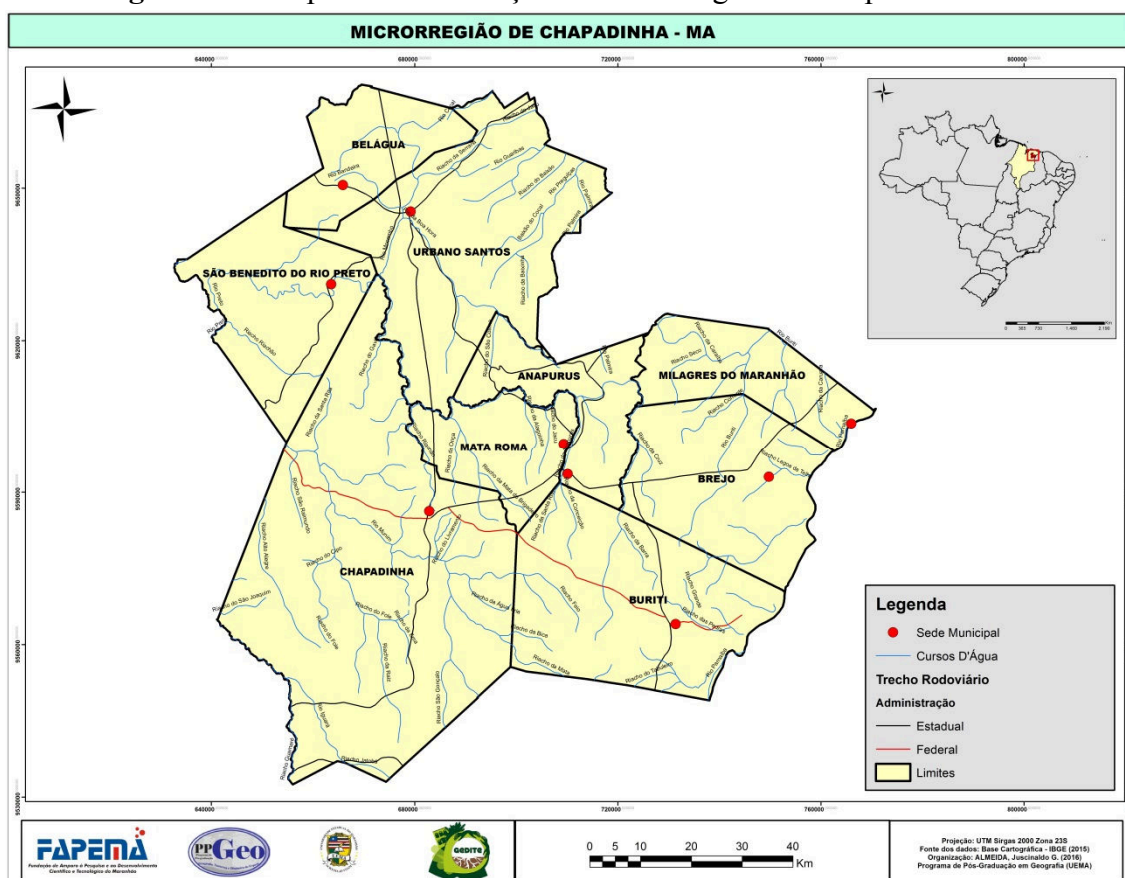
De acordo com Paula Andrade (1995a), apesar de serem anteriores à implantação do Programa Polos Florestais, cujos primeiros projetos são o CELMAR e o FLORAR, os projetos do Grupo Industrial João Santos e do Grupo Suzano Papel e Celulose devem ser analisados no contexto da corrida com vistas à produção de celulose no Maranhão, sendo também, responsável pela eclosão de várias situações de conflitos por terra.

Além da atuação de empreendimentos do ramo da silvicultura, a partir dos anos 1990 passam a se estabelecer no Leste Maranhense os chamados gaúchos e grandes empresas direcionadas a produção de grãos, a exemplo da soja, concentrando-se principalmente na Microrregião de Chapadinha (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013).

Como pontua Paula Andrade (et all, 2012) a posse irregular das áreas de chapadas, no momento da execução dos projetos de reflorestamento, colaborou para a formação de um estoque de terras que foi fundamental no momento da chegada dos denominados gaúchos, o de ser incorporado por esses agentes às atividades desenvolvidas com a expansão da produção da soja.

A Microrregião de Chapadinha (Figura 02) é, segundo a literatura especializada, a região, no Leste Maranhense, que se destaca na produção sojícola, concentrada principalmente nos municípios de Brejo, Buriti, Anapurus e Mata Roma (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013; GOMES, 2012; NASCIMENTO, 2011).

Figura 02 – Mapa com localização da Microrregião de Chapadinha - MA



Fonte: Organizado pelos autores a partir do IBGE (2015).

A introdução e expansão da produção de soja para a região é considerada recente, estando relacionada aos trabalhos de pesquisa realizados pela Embrapa e EMAPA, num primeiro momento e, posteriormente, a iniciativas dos chamados *gaúchos* e também das empresas que lá se instalam como a Prio e SLC. A introdução de cultivos experimentais se inicia na primeira metade da década de 1990 e a partir do seu final, se expandirá com vistas à comercialização no exterior. Desse modo, a inserção da soja no leste do Maranhão e em especial na Microrregião de Chapadinha fez com que a região fosse apontada pela mídia nacional como uma nova fronteira da produção de soja no Brasil (CARNEIRO, 2008).

Gaspar (2013) em estudos sobre os deslocamentos dos chamados *gaúchos* e seu estabelecimento no Leste Maranhense, destaca que a vinda destes produtores para a região não ocorreu por meio de projetos de colonização oficial a exemplo das famílias sulistas que migraram nas décadas de 1960 e 1970 para o Centro-Oeste e Sul do Maranhão. Ainda

segundo o autor, não se pode falar, de uma espécie de ramificação daqueles que já se encontravam no Sul do Maranhão em direção ao Leste do estado (GASPAR, 2013).

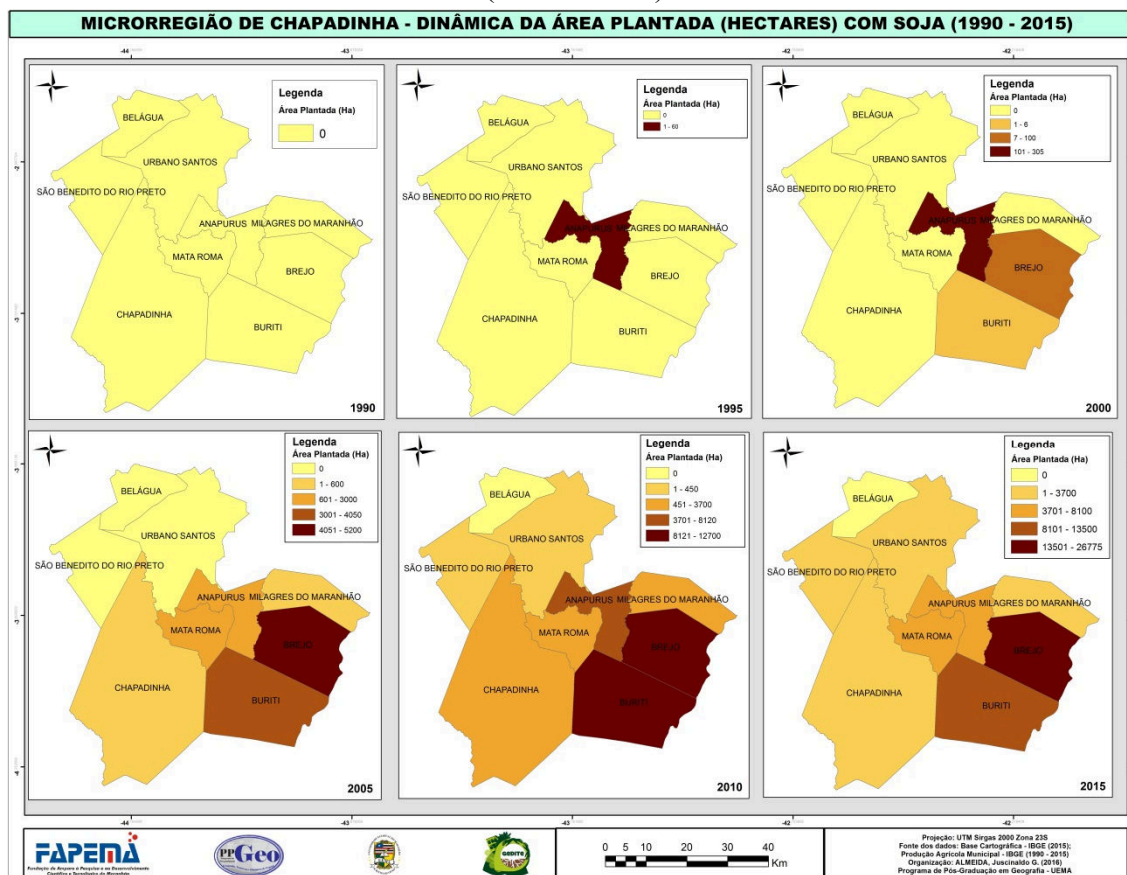
Convém mencionar que, nos anos 1980, o governo do Maranhão, por meio da EMAPA, já vinha desenvolvendo experimentos com soja na região, implantado inclusive, no município de Brejo, a Unidade de Execução e Pesquisa de Âmbito Regional (UEPAR) (MARANHÃO 1983).

Tal situação relativiza a ideia de que os denominados *gaúchos* foram os pioneiros no desenvolvimento da sojicultura na região, demonstrando que anteriormente, o Estado já tomara a iniciativa de pesquisar acerca da viabilidade do cultivo desta leguminosa nesta parte do estado. Demonstra também que o discurso de “modernização” e “pioneirismo” (HAESBAERT, 1997) acompanha esses agentes no tocante ao seu deslocamento e o desenvolvimento do agronegócio nas áreas de cerrado do Norte/Nordeste.

A partir dos anos 2000, a produção de soja no Leste Maranhense e, em especial na Microrregião de Chapadinha (Figura 03) avança em diferentes municípios, tendo como fatores de atração sua proximidade em relação ao Porto do Itaqui, a possibilidade de escoamento da produção agrícola através da BR – 222, a crescente liberação de crédito rural (CAMPELO, 2000; CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013) e, recentemente, a inauguração do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM).

Por meio da figura 3, observa-se que os primeiros registros de área cultivada com soja, segundo dados do IBGE, na Microrregião de Chapadinha, se referem a 60 hectares plantados no município de Anapurus no ano de 1995. A partir dos anos 2000 observa-se um aumento na tendência da área plantada na região com o registro de cultivo em outros municípios, a exemplo de Brejo e Buriti. Enfatiza-se que é neste período que a EMBRAPA divulga comunicado técnico intitulado Vantagens competitivas da exploração da soja no cerrado do Nordeste do Maranhão destacando os bons resultados de pesquisas realizadas pela Embrapa Meio Norte com a cultura da soja na região na safra 1997/1998 (CAMPELO, 2000).

**Figura 03** – Expansão da área plantada com soja na Microrregião de Chapadinha – MA  
(1990 – 2015)



**Fonte:** Organizado pelos autores a partir de dados da PAM/IBGE (1990 – 2015).

O referido documento menciona ainda as chamadas vantagens competitivas que a região do cerrado do nordeste maranhense apresenta em relação a outras áreas tradicionais de cultivo da soja, como o sul do Maranhão e sudoeste do Piauí, como por exemplo:

[...] o preço da terra (que são inferiores aos valores cobrados atualmente na região tradicional); a distância, tomando como base o Município de Chapadinha ao porto de Itaqui (aproximadamente 250 km) reduzindo o preço do transporte em relação às regiões tradicionais (Balsas, MA ou de Bom Jesus, PI) e a época de plantio que é diferenciada, ocorrendo somente a partir de meados de janeiro. Essa época não concorre com o plantio da região sul do Maranhão ou sudoeste do Piauí, onde o plantio ocorre entre 15 de novembro e 15 de dezembro. A diferença de 30 dias, propicia aos empresários a exploração simultânea do cerrado sul do Maranhão ou sudoeste do Piauí e o cerrado nordeste do Maranhão, sem novos investimentos de máquinas e implementos agrícolas, tornando o seu agronegócio mais rentável (CAMPELO, 2000, p. 2).

A partir de 2005, municípios como Chapadinha e Milagres do Maranhão passaram também a ser inseridos no circuito produtivo da soja na região. No caso do primeiro,

apesar de apresentar uma extensão territorial maior que os demais municípios, a predominância de babaçuais surge como fator limitante para a expansão da soja. A vegetação de babaçu, nesse caso, se constitui numa espécie de barreira natural à mecanização agrícola, dificultada pela estrutura radicular, com a ocorrência de raízes no perfil do solo em quantidade e profundidade comprometedoras (ARAÚJO, 2015).

A partir de 2010, à exceção de Belágua - cujos solos não são propícios para o desenvolvimento dessa atividade - em todos os demais é registrada uma considerável expansão da área plantada com esta leguminosa. Com destaque principalmente para Brejo e Buriti que entre os anos de 2000 e 2015 tiveram crescimento da sua área plantada com soja de, respectivamente, 81,82% e 69,98%.

Ainda no contexto da produção sojícola na Microrregião de Chapadinha, as cidades de Anapurus e Chapadinha são apontadas como locais de residência dos produtores gaúchos da região (GASPAR, 2013). Esta última, considerada polo administrativo no contexto regional, apresenta uma maior quantidade de serviços, se comparada aos demais municípios da região, a exemplo de rede hoteleira, bancos, hospitais, supermercados, faculdades, estação rodoviária e comércio diversificado, servindo de passagem cotidiana de pessoas residentes em municípios próximos (GASPAR, 2013).

O plantio da soja nos municípios da microrregião de Chapadinha ocorre nas chamadas *chapadas*, que são extensas áreas de topografia plana, apresentando vegetação típica de cerrado, propícias para a mecanização. Tais áreas são

[...] apropriadas pelas unidades de produção camponesa para a criação de gado bovino, de pequenos animais, para a caça e o extrativismo. Essas áreas sempre tiveram importância crucial no âmbito da economia dos diferentes segmentos camponeses presentes na região. Frutos como o pequi, o cajuí, o murici, a mangaba; diferentes tipos de cocos e favas, assim como o mel, são fundamentais na composição da dieta dessas famílias camponesas, assim como para o fabrico do sabão, do óleo e de medicamentos tradicionais. O chamado capim agreste, que brota espontaneamente na chapada, no começo da estação das águas, é de grande importância para a criação do gado dos camponeses (PAULA ANDRADE, 1995b, p. 82).

Por outro lado, as atividades agrícolas desempenhadas pelos camponeses da região são desenvolvidas nos chamados *baixões*, áreas mais úmidas, e em alguns locais, nas próprias *chapadas*, em manchas de solo que permitem o cultivo, cognominadas

*morros e capões* (PAULA ANDRADE, 2011). Tendo como principais produtos cultivados o arroz, milho, feijão e mandioca, geralmente de forma consorciada.

Nesse contexto, tem-se o confronto de duas lógicas distintas no modo de apropriação da terra: de um lado a *terra de negócio*, do capital, e a *terra de trabalho*, do camponês, como bem lembra Martins (1991, p. 55). Segundo este autor são regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem (MARTINS, 1991).

Outro fator que vem atrelado à expansão da soja na área aqui analisada diz respeito às transformações na posse e propriedade da terra, já que esta atividade demanda a incorporação de grandes áreas. Desse modo, áreas que eram utilizadas em comum passam por um processo de apropriação privada. A propriedade privada conforme Rodrigues (2014) institui, assim, instâncias de poder que concretizam a desigualdade e possibilitam a apropriação privada de rendas, lucros e juros.

### **A expansão da produção de soja no município de Brejo (MA): agentes, processos e reflexos na produção agrícola da agricultura camponesa**

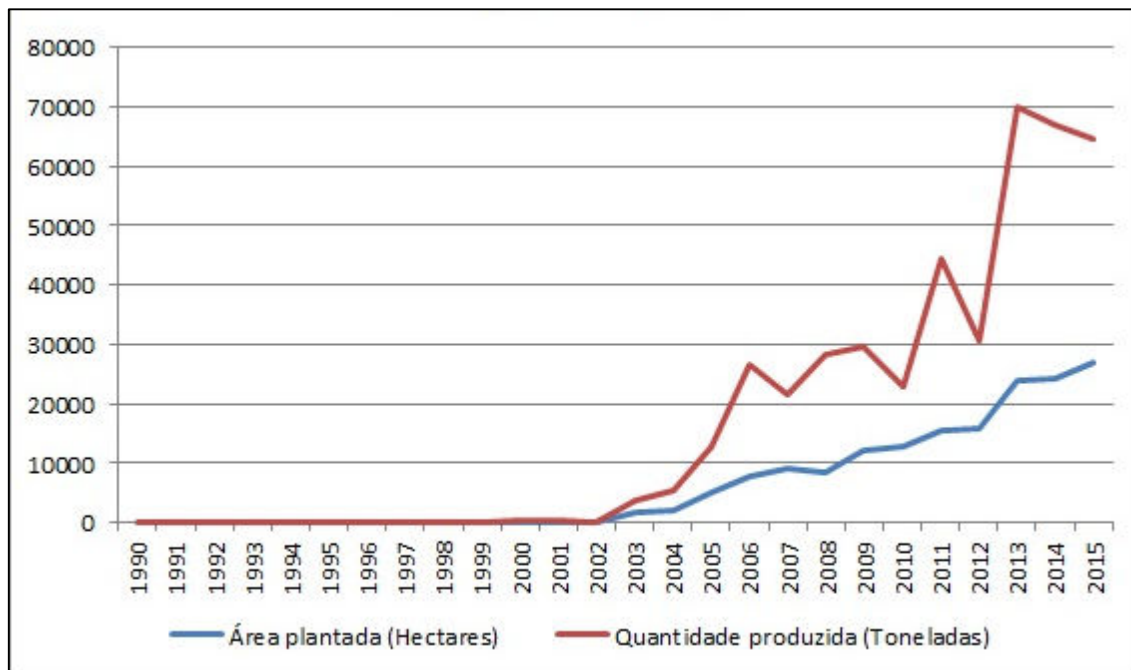
O município de Brejo<sup>9</sup> localizado na microrregião de Chapadinha está situado a 349 km da capital São Luís possuindo segundo o IBGE (2015)<sup>10</sup> uma área total de 1.074,628 km<sup>2</sup> com uma população de 35.473 habitantes, desta 63% está concentrada na zona rural.

O estabelecimento da sojicultura em Brejo acompanha a tendência observada nos demais municípios produtores da Microrregião de Chapadinha. Conforme trabalhos já realizados sobre a temática no município, o cultivo da soja se inicia em meados dos anos 1990 e se expande a partir dos anos 2000 (NASCIMENTO, 2011; CALDAS, 2012; SANTOS, 2013; ALMEIDA, 2014), como reforça o Gráfico 01.

Caldas (2012), semelhantemente ao destacado no gráfico 1, ressalta que é somente a partir dos anos 2000 que Brejo começou, aos poucos, a recuperar o seu potencial econômico com a produção de soja, liderando a produção de grãos entre os municípios produtores da região. O processo de implantação da cultura da soja no município marca uma ruptura com a forma organizativa preexistente na região. Assim, os cerrados deram

lugar aos campos de soja que configuram o monocultivo em detrimento das culturas alimentares tradicionais (CALDAS, 2012).

**Gráfico 01** - Expansão da produção de soja no município de Brejo-MA (1990 - 2015)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Pelo Gráfico 01, observa-se ainda que no município de Brejo a quantidade de soja produzida expande-se definitivamente a partir do ano de 2003 onde se registra um aumento tanto na área plantada como na quantidade produzida de grãos. Conforme informações do IBGE (Produção Agrícola Municipal), neste período a área plantada com soja no município foi 1.580 hectares para uma produção de 3.792 toneladas.

Nos anos subsequentes, 2004 a 2006, a quantidade produzida e área plantada com soja no município dar um salto significativo, haja vista que neste último ano é registrada uma produção de 26.611 toneladas. Já entre os anos de 2012 e 2015 é onde se observa o maior crescimento já que dobra a área plantada de grãos e conseqüentemente a quantidade produzida.

À medida que a produção de soja se expande no município, há uma tendência à abertura de novas áreas, culminando na concentração da terra nas mãos dos sojicultores. Conforme Nascimento (2011), as ações de órgãos fundiários como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto de Terras do Maranhão



(ITERMA) não revelam efetivos resultados em relação à desconcentração fundiária no município.

Apesar das diversas modalidades de reordenamento fundiário, denominadas ações de reforma agrária realizadas na microrregião de Chapadinha, a quantidade de terras adquiridas pelos trabalhadores rurais representa pouco impacto em contraposição à concentração fundiária realizada pelos sojicultores e outros grandes proprietários de terras da região (NASCIMENTO, 2011).

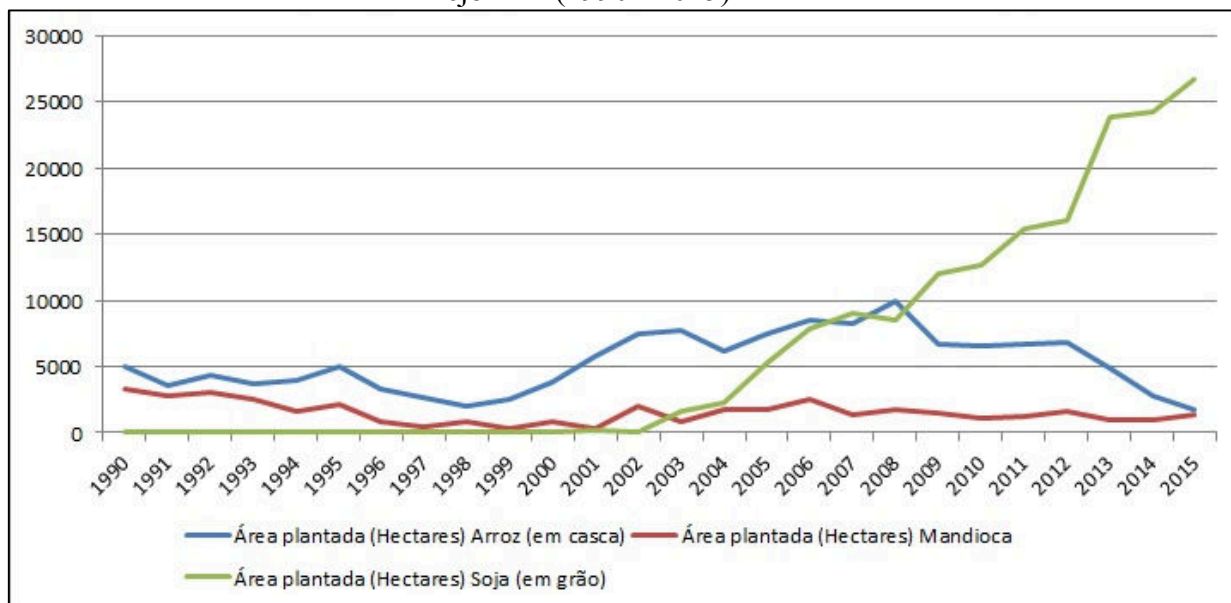
Levando em conta o número de assentamentos rurais, federais e estaduais, criados nos municípios que compõe a microrregião de Chapadinha, no intervalo de tempo analisado, observa-se que as ações de reforma agrária na região se deram de forma bastante tímida. Nesse contexto, os municípios de Chapadinha e São Benedito do Rio Preto foram os que apresentaram o maior número de projetos criados, dez no total, sendo nove federais e um municipal<sup>11</sup>.

No município de Brejo foram criados apenas seis projetos de assentamentos, três federais e três estaduais beneficiando um total de 347 famílias. A distribuição dos assentamentos rurais nos demais municípios se dar da seguinte forma: 1 no município de Anapurus; 5 projetos no município de Belágua; 1 projeto estadual e 2 federais em Buriti; 1 projeto federal no município de Milagres do Maranhão; 10 projetos em São Benedito do Rio Preto e 7 projetos em Urbano Santos.

A crescente apropriação privada da terra para produção de soja trouxe impactos negativos, sobretudo para os camponeses que cultivam produtos voltados para o seu autoconsumo e, por que não dizer também, da população que vive na zona urbana do município de Brejo. Tal situação é observada no Gráfico 2 onde se analisa a dinâmica da área destinada ao cultivo da soja e de produtos cultivados pela agricultura camponesa no município.

Como observado no gráfico 2, a partir dos anos 2000, à medida que a soja avança no município de Brejo verifica-se uma diminuição na área destinada ao cultivo dos principais produtos da agricultura camponesa (arroz e mandioca) responsáveis, sobretudo, pela alimentação dessa população local.

A tendência observada no gráfico acima se torna mais evidente quando se analisa individualmente os números da dinâmica da área em hectares referente aos três produtos aqui abordados.

**Gráfico 02** – Dinâmica da área plantada com arroz, mandioca e soja no município de Brejo-MA (1990 - 2015)

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

No ano 2000, por exemplo, como apontam os dados do IBGE, a área plantada com soja no município de Brejo foi de apenas 100 hectares, enquanto foi registrado para os demais produtos, mandioca e arroz, 850 e 3.850 hectares respectivamente.

Já em 2005 foi observado um crescimento significativo na área destinada ao plantio de soja que pulou para 5.200 hectares. No que tange aos números relativos à mandioca e ao arroz, o primeiro teve um pequeno aumento na área plantada (1.800 hectares), enquanto este último foi o que curiosamente apresentou o maior crescimento (7.450 hectares). Esta situação pode estar relacionada ao fato do arroz, no momento da abertura de novas áreas para cultivo da soja, ser o primeiro produto a ser plantado no intuito de, segundo informações de produtores, “amansar a terra”, já que no ano de 2005, a sojicultura ainda está em processo de expansão no município de Brejo.

No ano de 2010, entretanto, é onde se passa a registrar uma relação inversamente proporcional entre aumento da área de produção de soja e diminuição das destinadas aos produtos da agricultura camponesa como arroz e mandioca. Nesse período a soja ocupa no município de Brejo, uma área de 12.700 hectares, enquanto é registrado para os demais produtos aqui analisados 1.120 (hectares) para a mandioca e 6.540 (hectares) para o arroz. Neste caso, a soja quase dobra o número de sua área, fato que comprova mais uma vez seu caráter concentrador, contudo, há uma diminuição no cultivo de produtos da agricultura camponesa.

Em 2015, porém, as disparidades entre os três produtos aqui analisados chegam ao seu extremo. Este período é, certamente, o de consolidação da produção de grãos em Brejo, situação comprovada pelos números relativos a área plantada com soja que chegou a 26.775 hectares, aumento superior a 50% se comparado a 2010. Tal situação refletiu diretamente na diminuição da área destinada ao cultivo do arroz e mandioca. Esta última apresentou também uma considerável diminuição de sua área plantada. Já o arroz, no ano de 2015, foi o produto que teve a maior diminuição de sua área em relação a 2010, uma perda de 4.840 hectares.

Desse modo, tendo por base a análise dos dados acima, observa-se que a expansão da soja no município de Brejo, a exemplo das demais áreas de fronteira agrícola, se dar sobre culturas alimentares como arroz e mandioca. A atratividade do preço do grão nas últimas décadas tem favorecido a captação de recursos públicos e privados para expansão da soja em detrimento de outras atividades que não tem taxa de retorno atraente, garantia de empréstimo, e nem perspectiva que esse cenário se altere (MESQUITA, 2011).

Nesse contexto, Alentejano (2011) analisando a dinâmica da agropecuária brasileira chama atenção para o decréscimo da área plantada com alimentos básicos à medida que aumenta a área destinada a cultivos destinados majoritariamente a exportação e a fins industriais. De acordo com o autor, no período de 1990 a 2006, a área destinada à produção de três alimentos básicos na dieta da população brasileira (arroz, mandioca e feijão) reduziu-se em mais 2,5 milhões de hectares (ALENTEJANO, 2011).

Apesar de dispor de uma área agrícola menor, a agricultura camponesa segundo Fernandes (2012), reúne a maior parte do pessoal ocupado se comparado ao agronegócio. Ainda segundo o autor, essa disparidade se torna mais evidente quando se observa a relação pessoa/hectare que no território do agronegócio é de, em média, apenas duas pessoas para cada cem hectares, enquanto nos territórios camponeses a relação é de quinze pessoas para cada cem hectares.

Assim sendo, essa diferença de acordo com Fernandes (2012) revela as distintas formas de uso dos territórios pelo agronegócio e campesinato. Se para o primeiro a terra é somente lugar de produção, para o segundo é lugar de produção e moradia, características importantes para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2012).

No tocante aos produtos analisados nos gráficos anteriores, a cultura da mandioca merece destaque haja vista sua importância em termos absolutos, pois, de acordo com Carneiro (2008), trata-se produto agrícola mais colhido, assim como por sua importância para a estabilidade da economia camponesa regional.

Conforme Silva (2014) a mandioca se constitui num dos principais alimentos energéticos de boa parte da população do Leste Maranhense, em forma de bolos, beijus e, principalmente, farinha e tiquira.

É de se ressaltar também que o cultivo desses produtos (mandioca, arroz) é realizado com base em um complexo sistema de conhecimento desenvolvido há gerações e ajustado aos ecossistemas locais. Tal situação foi demonstrada por Silva (2014) em minucioso trabalho etnográfico acerca do cultivo da mandioca com base nos sistemas de conhecimento local num povoado específico do município de Santa Quitéria do Maranhão.

Desse modo, apesar da desorganização territorial e social imposta a partir da expansão da soja na Microrregião de Chapadinha cujos efeitos negativos aparecem em situações como o aumento da concentração fundiária, a perda da biodiversidade e insegurança alimentar, é mister salientar os processos de luta pelo território em curso levado a cabo pelos camponeses da região. Processos estes que podem ser pensados a partir das práticas locais materializadas na relação com a terra/território ou ainda por meio do acionamento de novas identidades, a exemplo de quilombolas, extrativistas ou assentados de reforma agrária.

### **Considerações finais**

A soja no Maranhão vem a cada ano se expandindo tanto no que diz respeito à área plantada quanto em relação à quantidade produzida, contribuindo para colocar o estado como um dos principais produtores desta *commodity* no Nordeste.

Por outro lado, esta expansão reflete de forma negativa na vida de camponeses que acabam sendo alijados da terra. Estes veem as áreas de *chapadas*, antes utilizados de forma comum para prática da pecuária extensiva, caça, extrativismo e atividades agrícolas diversas, incorporados ao circuito produtivo de commodities agrícolas voltadas para o mercado externo.

Tal situação é observada do mesmo modo nos principais municípios produtores de soja da microrregião de Chapadinha, a mais recente fronteira agrícola do estado. Nesse contexto, insere-se o município de Brejo, principal produtor de grãos da referida região.

Conforme dados da Produção Agrícola do IBGE, de 1990 - período em que a produção de soja é implantada no município - ao ano de 2015, há uma constante diminuição no tamanho das áreas voltadas ao cultivo de produtos como mandioca e arroz pela agricultura camponesa que são a base da alimentar desta população que vive no campo.

Ressalte-se ainda que embora a produção de soja venha se expandindo intensamente no município de Brejo, os camponeses têm se mobilizado para resistir a este atual modelo agrícola, por meio da criação de assentamentos de reforma agrária, unidades de conservação de uso sustentável e titulação de comunidades de remanescentes de quilombos.

Desse modo, a constante diminuição das áreas destinadas ao cultivo de produtos da agricultura camponesa (arroz e mandioca principalmente) acarretará num futuro próximo, uma crise de abastecimento que afetará, sobretudo, a população que vive no campo, já que no momento ela é a mais vulnerável a estas profundas modificações que vem acontecendo no espaço rural do município de Brejo.

## Notas

---

<sup>1</sup> O presente texto é fruto de resultados de pesquisas que os autores veem desenvolvendo com vistas à elaboração de dissertação de mestrado cuja temática principal baseia-se no estudo da luta pela terra frente à expansão da produção de soja no município de Brejo, localizado no leste do estado do Maranhão.

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (PPGeo/UEMA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA). Membro do Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais (GEDITE) vinculado à UEMA.

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ambos da Universidade Estadual do Maranhão. Coordenador do Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais (GEDITE).

<sup>4</sup> Para um estudo mais aprofundado acerca da difusão deste termo no Brasil consulte-se MENDONÇA, Maria Luisa Rocha F. de. Modo de produção capitalista e agricultura: a construção do conceito de Agronegócio. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

<sup>5</sup> Esta visão de “espaços vazios” constitui-se num imaginário dominante contra os Cerrados e seus povos na medida em que ao ignorar as populações dessas vastas regiões se atualiza um dos principais mitos da ideologia colonial - o do vazio demográfico - que, por trás de uma pretensa objetividade calcada na densidade demográfica, não faz mais do que autorizar a ocupação, a conquista, como se dizia no período colonial, já que a região seria vazia (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 2).

<sup>6</sup> Conforme adverte Porto-Gonçalves (2008, p.3), os Cerrados brasileiros apresentam uma riquíssima diversidade biológica, entre outras razões, por sua localização geográfica, posto que faz contato com todos os outros grandes ecossistemas brasileiros - com a Floresta Amazônica, com a Caatinga, com a Mata Atlântica e com a Mata de Araucária. Três das regiões mais complexas do ponto de vista ecológico do país tem relação com os Cerrados, a saber: as duas maiores áreas continentais do planeta: o Pantanal Mato-grossense e as Várzeas do Araguaia, tem o Cerrado como formação ecossistêmica dominante, além da Zona dos Cocais, no Maranhão e Piauí.

<sup>7</sup> A concepção de agricultura camponesa aqui utilizada tem por base os trabalhos de Oliveira (2001) e Marques (2008). Segundo Marques (2008, p. 60) o campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

<sup>8</sup> É uma categoria genérica utilizada pela população local para se referir àqueles indivíduos oriundos de estados da região sul do país. Há alguns estudos no âmbito das Ciências Sociais e também da Geografia que discutem esta categoria. Para um maior aprofundamento consultem-se os trabalhos realizados por Paula Andrade (2008) no sul do Maranhão; Gaspar (2013) no leste maranhense e Haesbaert (1997) no oeste baiano.

<sup>9</sup> A cidade de Brejo teve a sua origem em 1717 quando foi cedida aos índios anapurus, de origem tupi, por Dom Albuquerque Coelho de Carvalho, então presidente da província do Maranhão. Apresenta este nome pela característica de seus acidentes físicos e geográficos, constituídos de morros que cercam um grande baixão e onde se localizaram os seus primeiros habitantes, por ser essa região baixa, constituída de algas e pântanos (MACATRÃO, 2005, p. 31-38).

<sup>10</sup> IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

<sup>11</sup> Conforme informações do INCRA, o projeto de assentamento estadual criado no município de Chapadinha, corresponde à Reserva Extrativista Chapada Limpa. Esta unidade de conservação de uso sustentável foi criada em 26.09.2007, possui área de 11.971,24 hectares abrigando 75 famílias, que tem na coleta do bacuri (*Platoniainsignis*) um elemento central para sua reprodução econômica (CARNEIRO, 2008, p. 98).

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. **Questão Agrária no Brasil do Século XXI: uma abordagem a partir da Geografia**. Revista Terra Livre, São Paulo. n.36, p.69-95, 1º sem. 2011.

ALMEIDA, Juscinaldo G. **Resistências territoriais desencadeadas a partir da implantação e expansão da soja no município de Brejo – MA**. 103 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geociências, UFMA/São Luís, 2014.

ALVES, Vicente Lemos Eudes. **Mobilização e modernização nos cerrados Piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, USP/São Paulo, 2006.

ARAÚJO, Francisco E. de. **Desafios da reforma agrária, no contexto do desenvolvimento dependente no Estado do Maranhão: um estudo de caso da Microrregião de Chapadinha**. 160 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, UFSC/Florianópolis, 2015.

BERNARDES, Júlia A. Técnica e trabalho na fronteira de expansão da agricultura moderna brasileira. In: SILVA, Cátia A.; BERNARDES, Júlia A.; ARRUIZZO, Roberta C.; RIBEIRO, Ana Clara T. (Org.). **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. 111 p. p. 47-66.

BERNARDES, Júlia A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 470 p. p. 325-366.

CALDAS, Olívia C. **A expansão do agronegócio da soja na região Leste Maranhense seus impactos nas relações de trabalho da população do povoado São João de Dentro em Brejo/MA.** 72 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social. Universidade CEUMA/São Luís, 2012.

AMPELO, Gilson Jesus de A. **Vantagens competitivas da exploração da soja no cerrado do Nordeste do Maranhão.** Comunicado Técnico. Embrapa Meio-Norte, 2000, 2 p.

CARNEIRO, Marcelo S. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sérgio; NUNES, Sidemar P.; CARNEIRO, Marcelo S. (Org.). **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil.** - Rio de Janeiro: FASE, 2008. 148 p. p.75-143.

CASTILLO, Ricardo. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? In: ALBUQUERQUE, Edu S. (Org.). **Que país é esse? pensando o Brasil contemporâneo.** – São Paulo: Globo, 2005. 372 p. p. 283-306.

DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, Nelson G. (Org.). **Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos.** Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. 363 p. p. 28-77.

DINIZ, José Alexandre F. **Modernização e conflito na fronteira ocidental do Nordeste.** Revista GeoNordeste. Revista do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Sergipe, n. 01, p. 12-20, março de 1984.

FERNANDES, Bernardo M. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In: AYERBE, Luís Fernando (Org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina.** São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012. 284 p. p. 203-227.

FERREIRA, Maria da Glória R. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas - MA.** 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRJ/Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Maria da Glória R. Repercussões da expansão da agricultura moderna sobre a pequena produção no Sul do Maranhão. In: BERNARDES, Júlia A; BRANDÃO FILHO, José B. (Orgs.). **Geografias da soja II: a territorialidade do capital.** – Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. 175 p. p. 67-88.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos.** 285 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo, 2008.

GASPAR, Rafael B. **O eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense.** São Luís: EDUFMA, 2013. 180 p.

GIORDANO, Samuel R. **Competitividade Regional e Globalização.** 249 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997. 293 p.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. **Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 74, vol. 25, p. 159-196, 2º sem. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 1990 a 2015.** Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 09/01/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 10/01/2016.

MACATRÃO, Roque P. **Casarões de Brejo.** São Luís: Lithograf, 2005. 220 p.

MARANHÃO. Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária. **Subsídios para um programa de expansão da cultura da soja no estado do Maranhão.** São Luís, 1983. 30 p.

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 181 p.

MARQUES, Marta Inez M. **A atualidade do conceito de camponês.** Revista NERA. Presidente Prudente /SP. n. 12. ano 11. p. 57-67, 2008.

MESQUITA, Benjamim A. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar.** São Luís: EDUFMA, 2011. 114 p.

MOTA, Francisco Lima. **O rural e o urbano na cidade de Balsas (MA): transformações socioespaciais no pós 1980.** 139 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFU/Uberlândia, 2011.

MUNIZ, Francisca H. A vegetação da região de transição entre a Amazônia e o Nordeste, diversidade e estrutura. In: MOURA, Emanuel Gomes de (Org.). **Agroambientes de transição: entre o trópico úmido e o semi-árido.** São Luís: UEMA, 2002. 300 p. p. 44-60.



NASCIMENTO, Silvani Magali V. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento.** 330 f. Tese. (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. UFMA/São Luís, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4a ed. São Paulo: Contexto, 2001. 168 p.

OLIVEIRA, Danniell Madson V. **“Admirável” Sertão Novo: o processo de territorialização da soja no município de Balsas, sul do Maranhão.** 166 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geociências. UFMA/São Luís, 2011.

PALUDZYSZYN FILHO, E. **A cultura da soja no sul do Maranhão.** Londrina: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1995. 34 p.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995a. 274 p. p. 15-64.

PAULA ANDRADE, Maristela de. Mudanças de eucalipto no cemitério dos anjinhos: conflitos entre posseiros e empresas do Grupo Industrial João Santos no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995b. 274 p. p. 81-100.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa.** São Luís: EDUFMA, 2008. 226 p.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **A Suzana – o cerco das terras camponesas e a destruição dos recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOC, XXXV, 2011, Caxambu - MG, 2011. p. 1-19. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/gt-29/gt03-15/862-a-suzana-o-cerco-das-terras-camponesas-e-a-destruicao-dos-recursos-naturais-pela-suzano-papel-e-celulose-no-maranhao/file>. Acessado em: 10/06/2016.

PAULA ANDRADE, Maristela de (et al). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense – problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba.** 225 f. Relatório de Pesquisa. GERUR/PPGSoc/UFMA, 2012.

PIRES, Mauro. **Os Programas agrícolas na ocupação do cerrado.** Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, n.1-2, v. 3, p. 111-131, 2º sem. 2000.

PESSÔA, Vera Lúcia S.; INOCÊNCIO, Maria E. **O Prodecer (Re) visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado.** Revista CAMPO-TERRITÓRIO:

revista de Geografia Agrária, Uberlândia – MG, Edição Especial do XXI ENGA, p. 1-22, jun., 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Dos cerrados e suas riquezas.** Disponível em: <http://www.povosdocerrado.org.br/?p=12>. Acessado em: 22/01/2016.

RODRIGUES, Arlete M. Ciência e ação política – por uma abordagem crítica. In: OLIVEIRA, Floriano José G.; FREIRE, Desirée Guichard.; JESUS, Gilmar M.; OLIVEIRA, Leandro D. (Org.). **Geografia Urbana: ciência e ação política.** Rio de Janeiro: Consequencia, 2014. 404 p.

SANTOS, Nilma Angélica dos. **Da casa aos sindicatos e associações:** mulheres trabalhadoras rurais de Brejo/MA construindo sua participação política frente à expansão do monocultivo da soja. 115 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. UFMA/São Luís, 2013.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982. 192 p.

SILVA, Carlos Alberto F. da. Redes políticas do agronegócio da soja na Amazônia. In: SILVA, Carlos Alberto F. da; NASCIMENTO, Luciano B. do (Orgs.). **As redes políticas do agronegócio da soja:** interesses, estratégias e resistências. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010. 218 p. p. 45-102.

SILVA, Erinaldo N. da. **Conhecimento Local:** saberes e práticas camponesas no cultivo da mandioca: o caso do povoado Vertente, Santa Quitéria do Maranhão. 149 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia e Antropologia. UFMA/São Luís, 2014.

SOUZA FILHO, Benedito. A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). **Carajás:** desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995. 274 p. p. 243-274.

TRABULSI, Maria Tereza N. **Das terras de uso comum à crise ecológica:** estudo de impactos sociais gerados pela implantação de empreendimentos agroindustriais em áreas de agricultura familiar, nos municípios de Urbano Santos e Belágua – MA. 130 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia. UFMA/São Luís, 2007.

Recebido em 28/07/2016.

Aceito para publicação em 21/12/2016.